

AUDITORIA DE CONTRATOS
M O T T A R I B E I R O A D V O C A C I A

SUMÁRIO

CONFIDENCIALIDADE É MELHOR FORMA DE PROTEGER NEGÓCIO

2

MODELO DE GESTÃO JURÍDICA ALIVIA ENCARGOS PROCESSUAIS

3

CONFIDENCIALIDADE É MELHOR FORMA DE PROTEGER NEGÓCIO

Autor: Juliano Scarpetta

Fonte: CONJUR

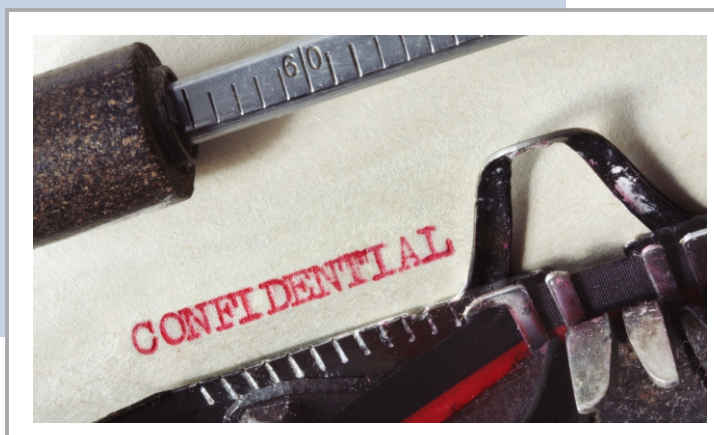
A constante necessidade de aprimoramento técnico, visando qualificar e inovar suas atividades faz com que empresas terceirizem parte de seus projetos, produção ou até mesmo sua administração. Quando tal fato se concretiza e duas ou mais partes — sejam pessoas físicas ou jurídicas — consolidam parceria, mostra-se necessário que, além de firmarem instrumento contratual próprio, firmem também um Acordo de Confidencialidade.

Via de regra, a terceirização de atividades empresariais faz com que ambos contratantes tenham conhecimento acerca de métodos, procedimentos e know-how alheio. A compreensão de processos internos e quesitos técnicos, os quais em muitos casos são fruto de anos de pesquisa e trabalho, são inevitáveis na maioria das parcerias.

Visando a proteção dessas informações, bem como a limitação de seu uso, as partes devem firmar termo ou acordo de confidencialidade mútua. Este acordo cria obrigações para ambos contratantes, da mesma forma que os protege. As regras ali contidas podem dispor acerca de prazos, segurança, propriedade, bem como estipulam penalidades ao que infringir seus termos. Esta penalidade usualmente é fixada por meio do pagamento de multa, não se limitando ao valor atribuído no termo, podendo ser majorada conforme apuração futura de perdas e danos.

A quebra na confidencialidade pode se efetivar por meio de imperícia, imprudência ou negligência da parte, ou mesmo por sua má-fé no uso irrestrito das informações alheias. A confidencialidade pode ser firmada antes mesmo das partes contratarem sua parceria. Em determinados casos, para que ambas as partes firmem contrato, há necessidade de divulgação prévia de parâmetros e estratégias do negócio, o que somente ocorrerá com o prévio pacto de confidencialidade. Caso não seja firmada a parceria, uma das partes passa a ter conhecimento alheio e poderia utilizá-lo como se seu o fosse. O termo firmado protege a parte que divulgou sua técnica.

Com efeito, o desenvolvimento de novos empreendimentos comerciais e imobiliários, projetos industriais, táticas comerciais, pesquisas, entre outros, podem ser consagrados por terceiros, desprestigiando e gerando prejuízos aos seus proprietários de direito. Visando evitar danos, os Termos ou Acordos de Confidencialidade mostram-se o melhor instrumento para salvaguardar o sigilo nos parâmetros de negócios e parcerias, propiciando segurança para ambos os contratantes e ambiente próspero aos negócios.



MODELO DE GESTÃO JURÍDICA ALIVIA ENCARGOS PROCESSUAIS

Autor: Victor Rizzo

Fonte: INVESTNEWS

Em matéria da InvestNews, Victor Rizzo, gerente de negócios da e-Xyon Tecnologia em Gestão Jurídica, comenta que é possível reduzir em até 15% os recursos no caixa da empresa para o pagamento de processos e pendências judiciais, isto sem fazer uso de empréstimos e sem demitir ninguém.

Ao fazer um diagnóstico preciso dos riscos jurídicos de uma empresa, não raro é grande a possibilidade de se verificar que muitos processos já se deram por encerrados, ou mesmo que alguns, na verdade, estão de fato como exigem o tribunal.

Diante disso, segundo Victor Rizzo, gerente de negócios da e-Xyon, empresa de gestão de riscos jurídicos, é possível reduzir em até 15% os recursos no caixa da empresa para o pagamento de processos e pendências judiciais, isto sem fazer uso de empréstimos e sem demitir ninguém. Pelas contas do executivo, uma fatia do capital das companhias, que gira em torno de 30% e 40% do equivalente ao lucro, fica mobilizado para resolver questões jurídicas.

"A somar-se a possibilidade de perdas com um processo, chega-se a valores significativos, algo em torno de dezenas ou mesmo centenas de milhões de reais. Isto porque durante anos gasta-se muito com processos em abertos e até mesmo com honorários altíssimos de advogados. Contudo, é possível reduzir despesas não só de valores contábeis, mas também daquelas que saem do caixa no fim do mês", diz o executivo.

Rizzo explica que por meio de metodologias realizadas com bases nas análises dos andamentos dos processos, é possível criar uma série de regras que identificam onde está certo e onde está errado judicialmente, contribuindo, dessa maneira, para enxugar a composição passivo de uma empresa, deslocando o dinheiro para o ativo. A diferença, completa ele, é uma empresa com um resultado financeiro melhor estruturado.

"Afinal, de nada adianta instalar um sistema de gestão eficiente, realizar todo um trabalho de qualidade se as pessoas envolvidas nestas questões judiciais não conseguem fazer seus procedimentos e informações chegar até seus gestores", diz Rizzo informando que a e-Xyon leva de 3 a 5 meses para avaliar uma empresa de grande porte e cerca de um mês as pequenas companhias.

